

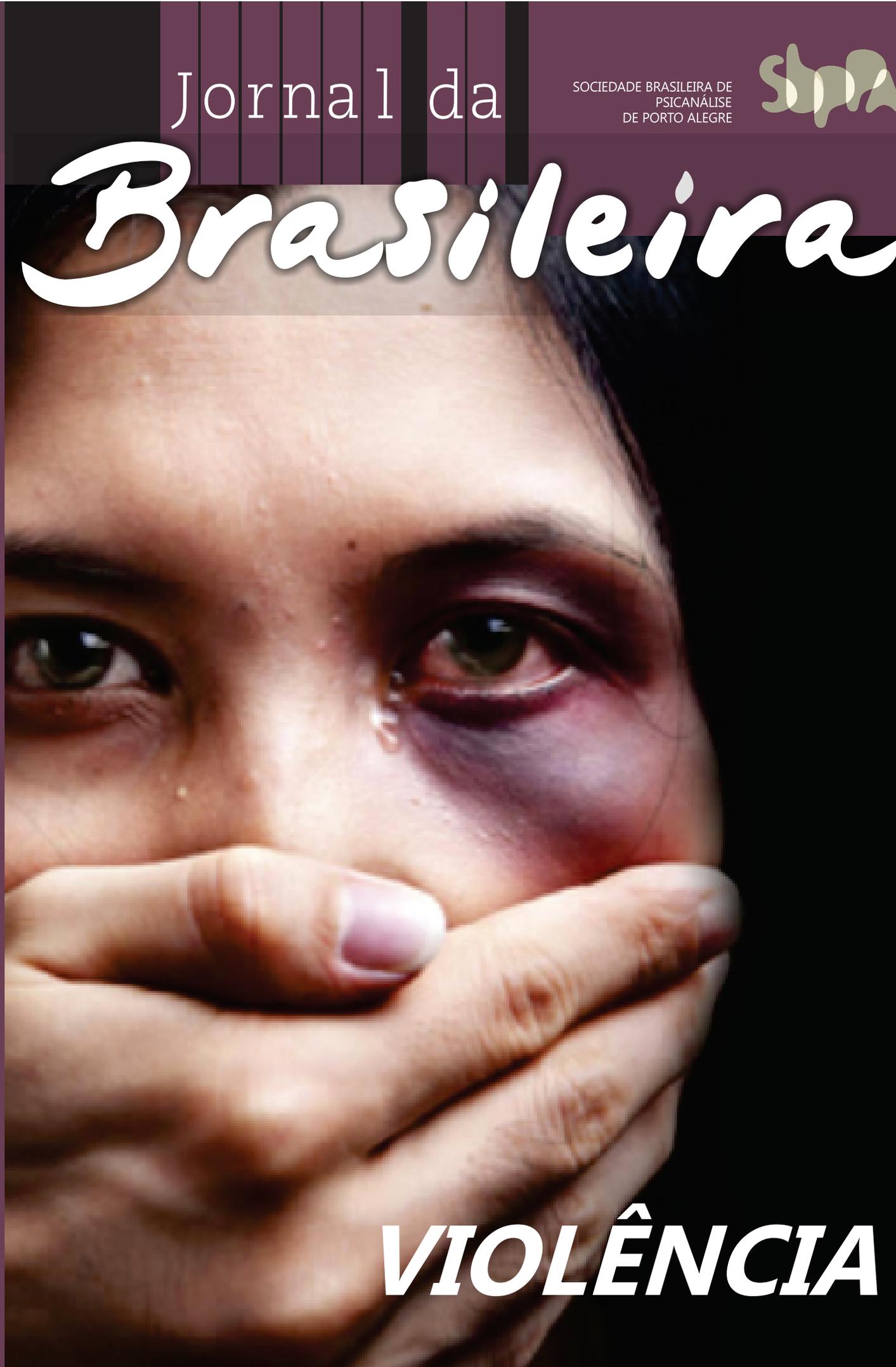
Jornal da

SOCIEDADE BRASILEIRA DE
PSICANÁLISE
DE PORTO ALEGRE



Brasileira

Órgão de divulgação da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre V.23 NÚMERO 02 - DEZEMBRO 2018



VIOLÊNCIA

Editorial



A violência social é complexa, multifacetada e multifatorial. Dados objetivos são utilizados para auxiliar nas avaliações de violência social. O homicídio, por constituir-se num crime grave, é um fator importante para medir a violência de uma sociedade. Em números absolutos, o Brasil é o país com maior índice de homicídios do planeta. Em escala proporcional ao número de habitantes, é o 13º maior.

Observa-se também um fenômeno gradativo de vitimização letal da juventude, desde a década de 80. A falta de oportunidades educacionais e laborais condena os jovens a uma vida de restrição material e de anomia social, que termina por impulsioná-los para a criminalidade violenta. As políticas públicas não investem adequadamente em educação infantil (a fase mais importante do desenvolvimento humano). Relegam-se à criança e ao jovem em condição de vulnerabilidade social um processo de crescimento pessoal sem a devida supervisão e orientação e uma escola de má qualidade. Enquanto isso, a sociedade clama pela diminuição da idade de imputabilidade penal, pelo melhoramento da força policial e pelo encarceramento em massa, fatos que apenas dinamizam a criminalidade violenta, a um alto custo orçamentário, econômico e social. Nos presídios, o réu primário não é reabilitado, mas, sim, recrutado por organizações criminosas, que constituem uma *escola do crime*, tornando-se cada vez mais enredados em suas teias.

Freud, em *O mal-estar na civilização (1930[1929])*, referiu que a vida por vezes apresenta aspectos muito árduos, levando a sofrimentos, decepções e tarefas praticamente impossíveis. A fim de suportar tão adversas condições, o ser humano busca medidas paliativas, que funcionam como construções auxiliares. Menciona, então, como satisfações substitutivas: derivativos poderosos que nos fazem extrair algum sentido da desgraça sofrida, como a atividade científica, por exemplo; satisfações substitutivas que possam diminuir a dor sentida, como a arte, que funciona como uma ilusão, uma fantasia; e substâncias tóxicas que insensibilizam o sentido. Acrescenta que o sofrimento nos ameaça a partir de três vértices: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução; do mundo externo, que pode nos atingir e nos destruir; e, por último, mas não menos importante, dos relacionamentos estabelecidos com outros homens. Saliencia que "o sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penoso do que qualquer outro".

Essa falta/falha de/em quem devia proteger essa criança promove o desamparo, o trauma, em suas diversas manifestações e consequências. A Psicanálise, com seu vasto corpo de conhecimentos, tem o papel importante de auxiliar na compreensão e na abordagem deste desamparo. A equipe editorial do jornal da SBPdePA considera o tema da violência de maior relevância e buscou promover o debate psicanalítico e interdisciplinar sobre esta questão.

Patricia Rivoire Menelli Goldfeld

Editora

Jornal da
Brasileira

EXPEDIENTE

Editora:

Patricia Rivoire Menelli Goldfeld

Conselho Editorial:

Angela Beatriz Schwerz
Antônio Francisco M. Brum
Roberto Vasconcelos

Revisão de português:

Regina Guedes

Bibliotecária:

Clarice da Luz Rodrigues

Secretária:

Daniela Bonn

Edição e Impressão:

Evangraf

Tiragem:

500 exemplares

DIRETORIA

Presidente:

Ana Paula Terra Machado

Secretária:

Vera Maria H. Pereira de Mello

Tesoureira:

Beatriz Saldini Behs

Diretora Científica:

Eliane Grass Ferreira Nogueira

Diretora de Comunicação:

Patricia R. Menelli Goldfeld

Diretora de Relações com a Comunidade:

Mayra Dornelles Lorenzoni

Diretora do Centro de Atendimento

Psicanalítico (CAP):

Christiane Vecchi da Paixão

INSTITUTO DE PSICANÁLISE

Diretora:

Ane Marlise Port Rodrigues

Secretária:

Augusta Gerchmann

Coordenadora da Comissão de Seminários:

Silvia Brandão Skowronsky

Coordenadora da Comissão de formação:

Cynara Cezar Kopittke

Comissão da Infância e Adolescência:

César Augusto Antunes

Associação de Membros do Instituto:

Aline Santos e Silva

Órgão de divulgação da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre, fundada em 1992.

Praça dr. Maurício Cardoso, 07
CEP 90570-010 Porto Alegre – RS – BRASIL
Tel./Fax 55 51 3330-3845 – 3333-6857
www.sbpdepa.org.br

Os artigos assinados não refetem necessariamente a opinião da SBPdePA, estando, portanto, sob responsabilidade de seus autores.

Palavras da presidente

A violência não é um conceito absoluto e não se define por si; ela se define em relação a um critério, a um contexto histórico, e precisa ser compreendida pelas coordenadas discursivas de uma época.

Atualmente, assistimos a um surto de violência no mundo, gerando um estado de perplexidade que nos interroga. É como no verso do poeta: "Você marcha José! José para onde?" (Drummond de Andrade, 1942).

Vivemos um momento no qual as incertezas provocam uma instabilidade e uma angústia paralisante que impede o pensamento reflexivo, deixando o sujeito a mercê das paixões. Quando a cidadania está agredida e as instituições corroídas, o descrédito denuncia o vazio da autoridade. A decepção e o desmoronamento dos ideais reeditam o desamparo. Esta vulnerabilidade aumenta a potencialidade de atos violentos.

Embora Freud não tenha desenvolvido a noção de violência como um conceito, ela está no cerne de sua teoria desde a perspectiva do trauma, da agressividade e destrutividade, que são originárias e constitutivas do psiquismo individual e da psicologia social.

A violência é intrínseca ao ser humano. O Eu se constitui em uma dimensão traumática com o reconhecimento da incompletude e da falta. A sociedade é fundada às custas do assassinato do pai da horda, como descrito no mito em *Totem e Tabu* (Freud, 1913). Logo, a civilização e o próprio Eu se construíram sobre um fundo de violência. Talvez por isso, ela nos provoque uma sensação *unheimlich*, o desconhecido que nos é familiar.

O não amansamento de Tãatos por Eros faz com que ecloda o primitivo que nos habita e os efeitos de todo ato violento denunciam um fracasso da cultura.

No Brasil, a miséria endêmica e a exclusão social são uma forma pungente e gritante de violência. Temos uma população de *invisíveis* que estão excluídos do social como sujeitos. É a *vida nua* descrita por Agamben (2002).

Muitas vezes, os relegados à invisibilidade só são vistos pelo avesso: quando se tornam agentes da violência, e não se considera a violência que lhes foi infligida historicamente.



Talvez esta forma de tratar as desigualdades seja remanescente do colonialismo que permanece até hoje como uma herança atávica no contexto sociopolítico do Brasil.

O grande perigo que nos ronda é o da banalização da violência. É, então, fundamental que não percamos a capacidade de nos surpreendermos e nos indignarmos. Desconsiderar a dor do outro é a inumanidade. Este é o estado mais arcaico do psiquismo: a indiferença.

A Psicanálise foi fundada a partir da compreensão de um excesso de opressão social denunciada nos sintomas histéricos. Ao interpelar, desde o seu início, a cultura e acolher o sofrimento humano, através da palavra, ela nasce com vocação para conjurar a violência.

As palavras são o recurso privilegiado do humano para o entendimento. Essa aposta na palavra passa pelo reconhecimento das ambiguidades e das contradições inerentes às relações humanas. A escuta do diferente é o que permite problematizar os acontecimentos. Sem esta possibilidade, permanecemos no território imaginário das certezas e das crenças, que pertence ao campo narcísico. A clausura narcísica incita a violência, e o pensamento se contrai em um círculo vicioso, alimentado pela ideia de eliminação do que é diferente. O trabalho permanente de reconhecimento da alteridade deve ser o *Kultuarbeit* contemporâneo.

Em setembro de 1932, Freud, na sua conhecida carta de resposta a Einstein, escreveu: "tudo o que estimula o crescimento da civilização trabalha simultaneamente contra a guerra". Em setembro de 2018, estas palavras ainda fazem todo o sentido!

Ana Paula Terra Machado

Presidente da SBPdePA - Gestão 2018-2019

A disposição para o não



Gley P. Costa

Membro Fundador, Efetivo e Didata da SBPdePA. Professor da Fundação Universitária Mário Martins. Autor de livros de Psicanálise

Leopold Nosek publicou recentemente uma coletânea de artigos intitulada *A disposição para o assombro*. Refere: "Se afirmarmos que o pensamento se inicia pelo assombro, teremos a ideia básica que origina a psicanálise". Pareceu-nos interessante conceber uma disposição, no sentido de uma aptidão do ser humano para alguma coisa, no caso para dizer não. Parafrazeando o autor, diríamos: se afirmarmos que a relação com o mundo inicia com um não, teremos a ideia básica que origina o juízo de atribuição.

O conceito "não" inexistente no inconsciente. Representa, segundo Spitz, a conquista intelectual e semântica mais espetacular do ego na primeira infância. O não é o primeiro gesto simbólico de um conceito abstrato, mediante o qual o bebê nos diz que gostaria de manter isso dentro e aquilo fora. Em outras palavras, engolir o que sente como bom e cuspir o que sente como ruim ou, ainda, afirmar ou negar que alguma coisa tem uma particular propriedade.

Essa recusa que, por volta do terceiro mês, a criança expressa por meio de um movimento dá origem ao juízo de atribuição que, nas palavras de Freud, corresponde ao surgimento de uma função intelectual a partir das moções pulsionais primárias. Configura uma atividade de pensamento que permite ao ego estabelecer a diferença entre aquilo que o beneficia e aquilo que o prejudica.

O apagamento do juízo de atribuição resulta no desligamento dos alarmes psíquicos que sustentam as pulsões de autoconservação, e o indivíduo aceita tudo que o mundo lhe oferece, sem discriminar o que lhe é benéfico ou maléfico. Como ocorre em alguns relacionamentos, a pessoa entrega-se à vontade do outro.

Um remédio pode ser ruim, mas é necessário e terá de ser administrado ao bebê. Muitas vezes, contudo, o gosto do indivíduo ao longo de toda a sua infância não é respeitado minimamente; tudo lhe é empurrado goela abaixo. Na língua espanhola existe a expressão "madre mete bomba", um objeto materno que Maldavsky denominou de "déspota louco". Por conta disso, a criança não desenvolve um juízo de atribuição, e tudo o que lhe oferecem passa a ter o mesmo gosto ou gosto nenhum, como observamos nos pacientes que formam a clínica do desvalimento.

O juízo de atribuição é um atributo do ego prazer purificado que tem continuidade no ego real definitivo, quando então o que deve ser definido é se algo presente no ego como representação também tem existência no mundo real. O juízo

se estabelece entre o que é subjetivo (interno) e o que é objetivo (externo), configurando o juízo de existência, regido pelo princípio da realidade.

Núcleo de Infância e Adolescência NIA

Marlise Sandler Albuquerque

Coordenadora do NIA

Dando continuidade ao trabalho do NIA no primeiro semestre, tivemos a primeira reunião com os colegas que trabalham com infância e adolescência em nossa sociedade, a fim de agregar ao grupo do NIA e auxiliar no planejamento de novas atividades. Uma delas será para definir grupos de estudos para 2019. O NIA, em parceria com o "setor" da comunidade, realizou no dia 10 de novembro a apresentação da peça "Cuco - a Linguagem dos Bebês", que ocorreu no Colégio Monteiro Lobato. No dia 23 de novembro, contamos com a presença de Robson Frizeiro, escritor premiado do livro "Longe das Aldeias", no NIA Café Prosa.



Memorial

Em outubro, faleceu a nossa querida colega Ana Julia Vargas Menuci, então coordenadora do Núcleo de Florianópolis. Sua perda nos deixou uma grande tristeza, mas lembraremos sempre da sua dedicação para levar adiante seus projetos, o que a caracterizou ao longo da vida.

Além da clínica particular, Ana Julia coordenava grupos de estudos em Florianópolis e Camboriú, expandindo o nome da nossa Sociedade em Santa Catarina.

Nossa solidariedade aos seus familiares neste momento de dor e nosso reconhecimento e gratidão pelo trabalho desenvolvido em prol da Brasileira.



Notícias do Instituto de Psicanálise da SBPdePA



Ao longo do mês de Outubro, o Seminário Aberto foi ministrado por Mario Baibich, professor de Física da UFRGS, abordando o tema "O que se entende como avanço da Ciência".

Foram quatro encontros muito instigantes em que, fazendo um percorrido por leis e teorias da Física, o professor destacou a importância do questionamento de conceitos considerados absolutos ou verdades últimas. A teoria da relatividade mostra que uma observação depende de seu ponto de partida e da percepção do observador. A demonstração de que até mesmo o tempo não é uma constante enseja debate acerca das teorias absolutas, constatando-se através desses encontros que nem a Física nem a Psicanálise pode ser reduzida a uma teoria e um modelo de pensar.

O Instituto de Psicanálise, entre suas atribuições relacionadas especificamente com a Formação, propõe-se a organizar estudos que sejam do interesse e necessidade de seus membros e, com este intuito, promoveu a Oficina de Escrita Psicanalítica, coordenada pela psicanalista Ana Cláudia Meira, experiente em coordenação de oficinas de escrita e orientação individual a monografias e livros. A proposta da Oficina de Escrita foi

propiciar um lugar de fala e de escuta, sobretudo de reflexão sobre os diversos momentos do processo de criação de um texto.

Estão concluindo os seminários teóricos da Formação Psicanalítica no ano de 2018 os Membros do Instituto: Renata Britto, Renata Mânica e Suzana Chinazzo. Parabenizamos as colegas, desejando que elas sigam buscando nas atividades do Instituto permanente lugar de construção e debate do nosso ofício de psicanalista.

Ingressam em seminário em março de 2019 cinco novos Membros do Instituto: Karla Aquino, Letícia Casagrande, Luciana Buseti, Marcela Pohlmann e Thércio Brasil. O Instituto reuniu-se em novembro com os novos colegas com o intuito de acolhê-los e informar sobre o Regulamento da Formação em seus diversos aspectos e particularidades.

Para nossa Atividade Inaugural do primeiro semestre de 2019, que acontecerá em **16 de março**, contaremos com o Dr. Norberto Marucco, renomado psicanalista argentino, da APA. O tema de sua palestra será: **Desafios Clínicos no Século XXI**. Constará da atividade uma discussão clínica e o Dr. Marucco também disponibilizou dois horários pela parte da tarde para os colegas que queiram organizar grupos de supervisão.

Sendo este nosso último Boletim do ano, o Instituto aproveita para desejar os melhores votos para todos os Membros da Brasileira, nossas funcionárias, incansáveis colaboradoras, e seus familiares.

Que 2019 encontre a todos com saúde, alegria e com esperança de futuro profícuo. Um ano iluminado para todos nós!

MOVIMENTOS DA SBPDEPA

MUDANÇA DE CATEGORIA

A SBPdePA informa que os Membros Associados: Astrid E. Müller Ribeiro, César Augusto Antunes e Christiane Vecchi da Paixão passaram a categoria de Membros Titulares em agosto e novembro de 2018. A Membro do Instituto de Psicanálise Jeanete Suzana Negretten Sacchet tornou-se Membro Associada em novembro de 2018. Parabéns pela conquista!

NOVOS MEMBROS DO INSTITUTO DE PSICANÁLISE

A SBPdePA comunica que Letícia Luisa Casagrande, Karla Aquini, Thércio Andreatta Brasil, Luciana Zambon Buseti e Marcela Pohlmann passaram a ser os mais novos Membros do Instituto. Suas formações terão início no primeiro semestre de 2019. Desejamos boas-vindas!

Relações com a Comunidade

Mayra Lorenzoni

Diretora de Relações com a Comunidade da SBPdePA

A Comissão de Relações com a Comunidade neste II semestre de 2018 ampliou seu trabalho de abrangência e difusão da Psicanálise, por meio da criação de dois novos Grupos de Estudos no interior de nosso Estado: em Santa Cruz do Sul e em Uruguaiana, ambos sob a coordenação geral de Mayra Lorenzoni.

Nossas colegas Vera Mello, Denise Zimpeck e Laura W. da Rosa contribuíram com a coordenação e transmissão de seus conhecimentos psicanalíticos nestes seminários iniciais.

O Núcleo de Estudantes tem oferecido cursos, entre eles, os de férias e de fins de semanas, que vêm sendo mais procurados, chegando a números muito expressivos de participantes. Levar a teoria e a experiência a grupo de jovens estudantes e a outros profissionais de áreas afins é muito estimulante aos coordenadores, que contribuem em muito para o sucesso crescente do Núcleo.

Participam do Núcleo: Denise Zimpeck (coordenadora), Helena Surreaux, Gilda Soares, Katya Araujo, Maria Isabel Mattos, Renata Vives, Silvia Katz, Rosa Avrichtir e Vera Hartmann.

Suporte ao estagiário

Também a Comissão de Projeto Social desenvolve a atividade "Reflexões sobre experiências de estágio", coordenada por Sandra Fagundes e dirigida a estudantes universitários e estagiários da área da saúde. Com encontros mensais na forma de discussões de casos, a atividade visa construir um espaço de suporte ao estagiário para os desafios que vive na clínica. Temas como o lugar do estagiário nas instituições, suas relações com a supervisão e questões ligadas à dinâmica psíquica dos pacientes, bem como o movimento emocional do estagiário nos processos de atendimento, vêm sendo abordados a partir do olhar da Psicanálise.

Acolhimento ao imigrante

Asas para voar: em busca de um ninho para se aquerenciar é um projeto que surge da confluência entre a necessidade de um espaço de acolhimento aos imigrantes que chegam em nossa cidade e outros tantos que já se confundem entre nós e o interesse da Diretoria da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre em desenvolver uma práxis com esta população.

O Comitê de Projetos Sociais é coordenado por Sandra Fagundes e constituído por Janine



Severo, Alexandre Antunes, Helena Surreaux, Angela Schwerz e Carolina Freitas, a responsável pela idealização e escrita do projeto, que terá um grupo aberto, intitulado: "voz do estrangeiro", com encontros coordenados pelo mesmo comitê.

Nossa proposta é contribuir para que os imigrantes construam um lugar em nossa sociedade, que inclua sua bagagem cultural e diversidade, respeitando a intersubjetividade desses processos, desde uma escuta psicanalítica, além de registrar esse momento migratório e seus desdobramentos, buscando validar a importância de uma Psicanálise social e sua eficaz intervenção clínica. Este será um projeto inicial, que terá tempo definido, com foco fundamental na criação do espaço, no conhecimento e escuta das experiências dos imigrantes, para logo propor dispositivos de intervenção pertinentes e contínuos.

Espectáculo para bebês e pais

No dia 10 de novembro a equipe da Diretoria de Relações com a Comunidade, em parceria com o NIA (Núcleo da Infância e Adolescência), coordenada pela



colega Marlise Albuquerque, organizou um "evento surpreendente, estimulante e original", cujo público eram bebês de até 3 anos com

seus pais. O espetáculo chamou-se "CUCO": A Linguagem dos Bebês no Teatro.

Foi firmada uma parceria com

o Colégio Monteiro Lobato, que abraçou a ideia e abriu as portas da escola para a atividade que aconteceu no salão de eventos do Open Monteiro. O evento contou com a presença de 52 bebês com 52 adultos acompanhantes e 45 outros adultos.

A poética do espetáculo era motivada por uma das primeiras expectativas lúdicas e estéticas dos bebês, o jogo entre "esconder e revelar".

Para os bebês que vivenciaram esta experiência, o ritmo do espetáculo gerou a possibilidade de colecionar sensações, imagens e narrativas que se converteram numa rica forma de conhecer o mundo.

Após a apresentação houve um diálogo com os pais, professores e com duas psicanalistas da nossa Sociedade: Caroline Milmann e Eluza Enck, coordenadas pela psicanalista Mayra Lorenzoni.



Associação de Membros do Instituto - AMI

Diretoria da AMI

No dia 04 de agosto, teve início do segundo semestre de 2018, com a aula inaugural oferecida pela diretoria do Instituto em parceria com a Associação de Membros do Instituto. Neste dia contamos com uma explanação a respeito do momento em que se encontra a IPA com o psicanalista Sérgio Nick, vice-presidente da entidade. As colegas Fabiana Grass e Antônia Leonardo contribuíram para que o evento fosse muito profícuo ao disponibilizarem um material consistente para discussão clínica.

No mês de setembro, Aline Santos e Silva e Lisa Pellegrini Magalhães representaram a AMI no congresso da OCAL, ocorrido em Lima, antecedendo o congresso da Fepal. Uma série de reuniões,

discussões e apresentações de trabalhos ocorreu, fortalecendo as trocas e os laços entre os "candidatos" de toda a América Latina. Aproveitamos aqui para parabenizar nossa colega Renata Manica que fará parte da diretiva da OCAL que tomou posse neste congresso.

O semestre seguiu em assembleias e reuniões com a diretoria do Instituto, sempre com o intuito de agregar e fortalecer a participação institucional de todos os membros da AMI. Para o mês de janeiro próximo, já há projetos para duas comissões formadas ao longo deste semestre: revisar nosso estatuto e viabilizar nossa revista eletrônica.

Finalizando 2018, no dia 23 de novembro, tivemos nossa última assembleia, em conjunto com mais uma edição do projeto "Fale-me mais sobre isso", em que um psica-



nalista de nossa sociedade narra sua trajetória e formação. Para esta edição, convidamos Celso Gutfreind. Após foi realizado um coquetel de encerramento das atividades de 2018, tendo como convidados especiais os colegas que iniciarão seminários em março de 2019. Diversos colegas foram convidados a mostrarem seus dotes artísticos e nosso colega Fábio Corsetti, com sua banda Cor7 Duo, tocou no evento.

Falando sobre suicídio

Angela Schwerz

Membro do Instituto da SBPdePA

A Organização Mundial da Saúde alerta para o aumento de até 60% no número de suicídios nos últimos 45 anos em todo o mundo, representando a terceira maior causa de morte na faixa etária entre 15 e 35 anos em ambos os sexos. A cada ano, há cerca de um milhão de óbitos por suicídio no mundo, o que representa uma morte a cada 40 segundos.

No Brasil foi observada uma expansão no índice de suicídio de 43,8% entre 1980 e 2005. Essa taxa não é uniforme, sendo mais elevada em determinados estados do país, especialmente Roraima (10,4) e Rio Grande do Sul (9,9). Aproximando o foco no nosso estado, os municípios com maior número de óbitos são: Santa Cruz do Sul, Candelária, Venâncio Aires e São Lourenço do Sul.

Devido ao fato de atuar como psicóloga no Caps de Santa Cruz do Sul, tenho participado de treinamentos e capacitações oferecidas pelo Ministério da Saúde e de grupos de pesquisa sobre essa temática. Como resultado das análises dessas informações, obtivemos a confirmação dos dados que já vêm sendo apontados na literatura especializada:

- Maior número de mortes são do sexo masculino (os homens cometem suicídio 3-4 vezes mais que as mulheres)
- Maior número de tentativas de suicídio ocorre no sexo feminino
- O método utilizado com mais frequência é o enforcamento, seguido por armas de fogo e envenenamento

Outra forma de adquirir conhecimento sobre o suicídio é por meio de estudo mais detalhado do indivíduo que se matou. Esse método chama-se autópsia psicológica e busca investigar as múltiplas causas que podem ter levado ao desfecho trágico. Os dados obtidos através dessa metodologia são de grande importância na elaboração de políticas públicas que possam prevenir novas mortes. Poderemos saber onde o paciente procurou ajuda, que tipos de tratamento e, assim, descobrir os pontos mais frágeis da rede de cuidados e direcionarmos nossa atenção a programas de educação continuada nestes.

A avaliação do risco de suicídio exige um conjunto de informações alia-

do a sentimentos contratransferenciais que precisam ser levados em consideração, pois nem sempre as informações chegam ao terapeuta através de palavras. Além disso, a postura empática do profissional que escuta é fundamental para que o paciente se sinta encorajado a mostrar suas ambivalências.

A identificação de algumas características sociodemográficas, síndromes clínicas, traços de personalidade e situações de vida que se associam a taxas elevadas auxilia na estimativa de risco, na tomada de decisão e no plano terapêutico singular. São elas:

PSICOLÓGICAS:

1. Perda recente
2. Perda dos pais na infância
3. Instabilidade familiar
4. Datas importantes (reações de aniversário)
5. Traços de personalidade: impulsividade, agressividade, labilidade de humor
6. História familiar de doença afetiva, alcoolismo e suicídio

PSIQUIÁTRICAS:

1. Depressão, alcoolismo, drogadição, esquizofrenia, síndromes orgânico-cerebrais
2. Transtorno de personalidade
3. Tentativa de suicídio pregressa
4. Doenças físicas incapacitantes, dolorosas, terminais.

No que diz respeito aos nossos consultórios, considero o entendimento do comportamento suicida um dos aspectos mais importantes dessa temática. Nestes casos, nos ajuda muito o entendimento do mundo interno do paciente, sendo que transferência e contratransferência são nossas aliadas no bom manejo. O comportamento de risco pode estar mais ou menos consciente ao paciente que repetirá ao longo da vida tudo o que não puder elaborar.

Segundo Neuri Botega, pesquisador com diversos artigos publicados nessa temática e que vem acompanhando os municípios gaúchos citados acima, durante o exercício da profissão, quase metade dos psiquiatras e 20% dos psicólogos perdem algum paciente em tratamento por suicídio. Assim sendo, a chance de nos depararmos com essa situação nos nossos consultórios é alta.

Mas como a Psicanálise pode nos ajudar a aprofundar nosso entendimento sobre a complexidade das causas das tentativas e do suicídio propriamente dito?



Podemos entender o ato suicida fazendo parte de uma dinâmica em que a força de conteúdos psíquicos irrepresentável leva ao predomínio do traumático, escapando ao universo representacional do sujeito. Pode-se dizer que as tentativas de suicídio se apoiam na ausência de recursos psíquicos para dar figurabilidade a dor psíquica, ou seja, a força de impulsão ao ato está na impossibilidade de enfrentar a dor psíquica. É uma dor colocada em ato devido ao fato do aparelho psíquico não conseguir processar os sentimentos em palavras.

Em "Análise Terminável e Interminável" (1937), Freud nos fala que todo o distúrbio neurótico é composto por uma etiologia mista, ou seja, existe a combinação do fator constitucional e acidental.

Podemos pensar que as questões referentes ao comportamento suicida também transitem por esta afirmação devido ao fato de ser um fenômeno que possui várias causas e, quanto mais conseguirmos conhecê-las, mais poderemos ampliar nossa rede de cuidados e prevenção de crises futuras.

Freud aborda em "Luto e Melancolia" (1917[1915]) a existência do enigma da tentativa de suicídio e o associa ao sadismo presente na melancolia. Explica que a catexia erótica na forma como se apresenta no paciente melancólico, no tocante ao seu objeto, sofreu uma dupla vicissitude. Uma parte retrocedeu à identificação e a outra parte, influenciada pela ambivalência, foi levada à etapa do sadismo.

"É exclusivamente esse sadismo, que soluciona o enigma da tendência ao suicídio, que torna a melancolia tão interessante e perigosa. Tão imenso é o amor de si mesmo do ego que chegamos a reconhecer como sendo o estado primevo do qual provém a vida instintual, e tão vasta é a quantidade de libido narcisista que vemos liberada no medo surgido de uma ameaça à vida que não podemos conceber como esse ego consente com sua própria destruição."

Segue explicando esse paradoxo, afirmando que nenhum neurótico pos-

sui pensamentos suicidas que não consistam em impulsos assassinos contra os outros que ele volta contra si mesmo. Fala que a análise da melancolia mostra que o ego só poderá se matar se puder tratar a si mesmo como um objeto e assim dirigir contra si a hostilidade relacionada a este objeto.

Pensando na ambivalência presente no ato suicida, também podemos levar em conta a dualidade pulsional, pois, segundo Freud (1937), estamos lidando com Eros e com a pulsão de morte.

“Somente pela ação concorrente ou mutuamente oposta dos dois instintos primevos, Eros e o instinto de morte, e nunca por um ou outro sozinho, podemos explicar a rica multiplicidade dos fenômenos da vida.”

Todas essas questões trazidas por Freud em 1937 podem ajudar a pensar na problemática atual de saúde pública com que se deparam os profissionais na sua tentativa de prevenir as mortes por suicídio. Será o ego do paciente forte o suficiente para lidar com

a tarefa de mediar entre seu id e o mundo externo, a serviço do princípio do prazer, e de proteger o id contra os perigos do mundo externo?

Freud (1937) nos fala da existência de três fatores decisivos para o sucesso ou não do tratamento analítico: a influência dos traumas, a força constitucional dos instintos e as alterações do ego. Também questiona se é possível, mediante terapia analítica, livrar-se de um conflito entre o ego e um instinto de modo permanente e definitivo, ou seja, se seria possível que um instinto fosse colocado completamente em harmonia com o ego. Após lançar essa questão, aborda a força do ego como fator determinante para um bom desfecho.

“Se a força deste diminui, quer pela doença, quer pela exaustão, ou por alguma causa semelhante, todos os instintos que então haviam sido amansados com êxito podem renovar suas exigências e esforçar-se por obter satisfações substitutivas através de maneiras anormais.”

Penso que estas questões referentes à força do ego são vitais para o entendimento de que tipo de ajuda precisaremos oferecer. Entender psicanaliticamente o paciente a nossa frente nos ajuda muito, porém como método único não está indicado devido ao “tempo” que geralmente não temos para tirar o paciente da crise.

Tratando-se de risco de vida, devemos nos sentir confortáveis para transitar por uma postura de escuta ativa sempre que nossa capacidade empática assim nos guiar e, quando detectarmos risco elevado, buscar o auxílio de outros profissionais que, na saúde pública, já fazem parte da equipe. Ao detectarmos risco eminente, devemos dividir a responsabilidade com familiares e rede de apoio.

Gostaria de finalizar trazendo a seguinte ideia de Freud, presente em “Análise Terminável e Interminável”: “A Psicanálise transforma o sofrimento neurótico em infelicidade comum”, mas cabe a cada indivíduo lidar com sua infelicidade da melhor forma possível.

Diretoria científica

Neste semestre, tivemos atividades que movimentaram literal e profundamente nossa instituição. Se no início do ano a casa esteve lotada em muitas ocasiões, abrimos o semestre com superlotação no evento de Diana Tabacof (175 inscritos, com fila de espera). Diana foi sucesso absoluto e vai estimular outras atividades semelhantes. Trouxe a teoria psicossomática da Escola de Paris, entremeada com um caso border com somatização grave, que mexeu com a plateia, pela dificuldade de entender quando começa o psíquico ou o somático na sintomatologia, justamente o que queria questionar Diana, tentando explicar essa estrutura para além dos casos clássicos. Tivemos o seguimento da Roda de Conversa com o tema “O estranho enigma do feminino”, num grande debate, à altura do tema, pelos convidados Renato Trachtemberg, Silvia Skowronsky e Augusta Gerchman, que aliaram um alto padrão de cultura ao conhecimento teórico consistente, para um auditório novamente lotado.

O Exercício Clínico fez sua segunda edição, desta vez em parceria com o NIA. O destaque ficou por conta dos comentários brilhantes de Magda Walz e Mayra Lorenzoni, que deram um show, o que gerou um exercício entusiasmado.

A agenda seguiu acelerada. Em 12 de setembro, tivemos o último evento do ano em parceria com a SPPA (foram 4 ao longo do ano, fato inédito), preparatório para o congresso de Cabo Verde, “Rotas de Escravidão”. Foi uma noite impactante. Janine Severo, representando o Projeto Social da Brasileira, comandou o debate

que iniciou com Alice Lewkowicz, fazendo um questionamento emocionado e honesto das posturas racistas que precisamos permanentemente revisar. O convidado historiador e “griô” Guto Alencar foi inusitado ao levantar-se e fazer sua apresentação através do rap, cantando a história do negro e a sua própria. Encantou, angustiou e impactou a todos. Ninguém ficou imune. Coube ao nosso Leonardo Franciscelli encerrar e trazer sua reconhecida sabedoria, entremeando autores e viés social. Diferente dos eventos a que estamos acostumados, foi feito para pensar e repercutir, exatamente o que aconteceu. Novamente casa lotada e muito diversa, o que tem sido uma constante em nossas atividades, muita gente de fora da SBPdePA, tanto de outras instituições quanto da comunidade.

E, em outubro, trouxemos outro convidado, o prestigiado psicanalista Leopold Nosek (SBPSP), na Sexta Cultural, para o lançamento de seu livro “Disposição para o assombro”, em que avalia, questiona e propõe aspectos importantes da clínica, em especial a relação singular que o analista tem com seus pacientes e seu ofício durante toda a sua vida.

Terminamos o ciclo de parceria com os departamentos da SBPdePA no Exercício Clínico com um caso anônimo de casal do Núcleo de Vínculos, em 19 de outubro. Comentaram as experientes colegas Angela Piva e Gilda Soares.

A última atividade científica do ano promoveu o melhor embate da temporada. Os queridos e renomados colegas Celso Halperin e Ignácio Paim vão revisar o conceito de pulsão de morte e trazer para o debate ideias opostas, mas tam-

bém complementares. Foi um sucesso de público.

E fechamos o ano orgulhosos das colegas Lisiane Cervo e Renata Vives, que passaram à analista titular e nos brindaram com a apresentação de seus trabalhos, evento esse tido como o ápice institucional, quando seus membros evoluem e avançam cientificamente, tornando pujante a instituição a qual pertencem.

A Diretora e a Comissão Científica sentem-se felizes com a produção deste ano e especialmente deste semestre, agradecendo o apoio da Diretora da SBPdePA e os colegas que prestigiaram os eventos. E que venha 2019 com a nossa jornada, definida para 27 e 28 de setembro, já com a confirmação de um time de primeira grandeza: Marília Ainsenstein (França), David Maldavsky (Argentina) e Admar Horn (Brasil). Obrigada a todos e um abraço afetuoso!

Eliane Nogueira (Diretora Científica)
Comissão Científica:

*Cibele Fleck, Claudia Halperin,
Fernanda Bortoli e Luciana Schmal*



Feminicídio

Lisieux E. de Borba Telles

Prof. Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil. Doutora em Medicina da Universidad Nacional de La Plata – Argentina. Coordenadora do Departamento de Ética e Psiquiatria Legal da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Sabe-se que a violência contra a mulher é um problema de saúde pública que afeta pessoas de todas as idades e de todos os estratos socioeconômicos e culturais. Estima-se que uma em cada três mulheres no mundo tenha vivenciado algum tipo de vitimização em alguma das fases da vida.

A violência doméstica é a forma de agressão mais prevalente no mundo contra a população feminina. Durante a infância meninas costumam ser vitimadas pelos pais, no período reprodutivo por parceiros e ex-companheiros e na idade adulta pelos filhos. Nem mesmo a gestação se constitui em um período de proteção para violência conjugal.

O lar, tido no imaginário popular como ambiente de paz, harmonia, tranquilidade e proteção, pode ocultar relações de dominação, poder e violência envolvidas nas relações de gênero e de gerações, passando a representar o cenário de tragédias silenciosas reiteradas. Este tipo de agressão costuma vir acompanhada por longo período de negação da vítima e silêncio por parte dos demais familiares, vizinhos e sociedade. A dificuldade das mulheres em se identificarem como vítimas e categorizarem os atos de seus agressores como violência doméstica são a regra deste ciclo de violência. O medo da rejeição e da separação familiar e o desejo de proteger os demais membros familiares contribuem para a manutenção da complexidade da violência experimentada.

A agressão realizada por um parceiro íntimo pode envolver violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, sendo mais frequentemente parte de um padrão

repetitivo de controle e dominação do que um ato único impulsivo. A violência tende a piorar com o tempo e agravar sua intensidade, evoluindo de agressões verbais para físicas e/ou sexuais, podendo atingir a ameaça de morte e até mesmo o homicídio. Muitas vezes este ciclo não é desfeito mesmo com a separação conjugal, trazendo consequências para todo o grupo familiar. Crianças estão frequentemente presentes durante os atos de violência perpetrados por agressores, apresentando riscos de desenvolver um grande número de traumas e problemas de comportamento, incluindo ansiedade, depressão, baixo rendimento escolar, baixa autoestima, agressividade e reprodução deste padrão na vida adulta.

Sabe-se que de 40 a 70% dos homicídios femininos no mundo são cometidos por parceiros íntimos. No Brasil, segundo dados do Mapa de Violência, no período de 2001 a 2011, 43 mil mulheres foram mortas, representando um aumento de 217% nos índices de homicídios em relação à década anterior. Só em 2013 ocorreram 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres. Este número só foi superado na América Latina por El Salvador, Colômbia e Guatemala.

O perfil epidemiológico predominante das mulheres vítimas de homicídio foi de jovem negra agredida por familiar direto, sendo o local de morte o próprio domicílio, com predomínio do uso da força na produção das lesões fatais.

O termo *feminicídio* tem sido usado para descrever o homicídio de mulheres em função do gênero e representa a última forma de violência contra elas.



O feminicídio não se trata de um ato impulsivo, isolado, sendo geralmente um crime elaborado de forma premeditada. Frequentemente, antecedendo o desfecho fatal, ocorrem várias humilhações, ameaças, chantagens, agressões e denúncias policiais. Trata-se de um crime de controle e dominação, justificado e legitimado social e juridicamente muitas vezes como forma de educar e castigar mulheres em função de condutas consideradas “não adequadas” ou mesmo de adultério.

Não raramente os agressores tentam impor uma “visão romântica” ao delito justificando o homicídio como “um ato de amor”, uma vez que não poderiam conceber suas vidas sem a presença da companheira. Igualmente frequente é a alegação de “perda dos sentidos” após viver uma experiência de “violenta emoção” desencadeada pela companheira que passa de vítima a culpada por sua própria morte. Por sua vez, os casos que envolvem violência doméstica possuem uma lógica diferenciada de julgamento, tendendo a considerar estes delitos como de caráter episódico, de menor gravidade e que não oferecem risco para a sociedade. Os envolvidos são julgados moralmente associando seus perfis aos papéis sociais de gênero nas relações so-

ciais. Adequar-se aos papéis esperados implica uma culpabilidade atenuada.

Como médica psiquiatra do Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso - RS (IPF), deparei-me durante o exercício da atividade assistencial e pericial com a figura de diversos homens homicidas conjugais. Embora a prática delitiva não se associe necessariamente à presença de doença mental e a um diagnóstico psiquiátrico, a maior parte dos agressores considerados inimputáveis, em cumprimento de Medida de Segurança em hospitais forenses, é portadora de graves transtornos mentais. Isto ocorre também com os homicidas conjugais do IPF, na sua maioria portadores de Esquizofrenia Paranoide. Tais achados nos levaram a refletir sobre o papel dos transtornos mentais nas inúmeras violências praticadas contra as mulheres durante todas as fases do seu ciclo vital. A partir

daí nasceu uma série de questionamentos, estudos e discussões sobre este tema.

Entre os agressores "extramuros", ou seja, os considerados pela justiça como plenamente imputáveis, observa-se a presença de sentimentos diversos do tipo ciúme, temor do abandono, onipotência, raiva e frustração pela conflitiva conjugal e ou término dos relacionamentos. Associados encontram-se discursos impregnados pela cultura patriarcal de dominação e controle sobre membros familiares que utilizam a defesa da honra como justificativa para práticas violentas. O uso de álcool e outras drogas pode se constituir em fator facilitador de desfechos fatais, bem como a presença de traços narcisistas e antissociais de personalidade.

Nos últimos anos, observam-se avanços na legislação penal brasileira no que diz respeito ao combate à violência contra a mulher

no âmbito familiar. A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, apelada *Lei Maria da Penha*, modificou as penas previstas para crimes de violência que tenham a mulher por vítima e implementou uma rede de proteção com órgãos específicos para receber denúncias, processar e julgar os casos.

O feminicídio, por sua vez, foi legislado na recente Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, que, alterando o Código Penal de 1940, prevê o crime de homicídio qualificado quando cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, majorando a pena para 12 a 30 anos, em vez de 6 a 20 anos.

O descortinamento de realidades privadas escancarou a dura verdade de muitas famílias, forçando a mudança na legislação que agora carece de alternativas protetivas nas áreas de saúde e segurança públicas.

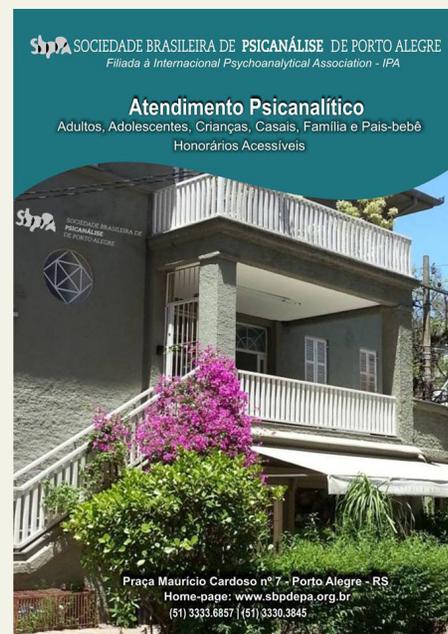
Centro de atendimento psicanalítico - CAP

Christiane Paixão

Diretora do CAP da SBPdePA

Todos sabemos que a formação analítica é composta pelo estudo teórico, pela prática supervisionada e pela análise pessoal, que, juntos, sustentam o fazer clínico. Esse formato é familiar e ninguém discute a força dessas premissas. Sabemos também da necessidade de haver preparo, exercício e experiência para poder sustentar e trabalhar com a transferência. Podemos dizer, então, que o sentido maior de uma formação analítica é a clínica, tudo converge na direção do trabalho clínico. É na sala de análise que nos tornamos capazes de acolher a dor do outro e de es-

tar disponível para o inconsciente do outro. Toda essa preparação está sustentada pelo tripé que nos referimos acima. No entanto muitos acreditam que a relação entre os colegas é mais um pé da formação de um analista, proporcionando momentos privilegiados de trocas e de aprendizagem. Tendo em conta essas ideias é que os colegas participantes do CAP reúnem-se uma vez por mês para discutir e exercitar a escuta analítica a partir de um material clínico trazido por um colega. Acreditamos que esses momentos são também fundamentais para afinar a escuta. Além de uma boa discussão clínica, nossos encontros são recheados de bom humor, afeto e um desejo



de compartilhar experiências. Nos reunimos nas quartas quintas-feiras de cada mês. Quem quiser participar das discussões é só chegar! Seguimos...

Um forte abraço.

Algo sobre violência

Cynara Cezar Kopittke

Membro Titular e Didata da SBPdePA

Vivemos em assombro ante o surto de destrutividade que assola nosso cotidiano. Impactados e perplexos ante o estado permanente de medo frente à violência urbana, sempre à espreita, nem sempre tomamos consciência do quão amplo é o problema, nem da conta social que nos está sendo cobrada.

Que conta é essa? A conta de uma história que inicia com colonialismo e escravidão. Nosso corpo social tem marcas transgeracionais de uma colonização que espoliou o povo indígena e implantou uma cruel escravidão de negros. Desde lá, seguimos construindo uma sociedade grosseiramente desigual que banaliza a violação dos direitos mais básicos e fecha os olhos à miséria em que vivem os semelhantes. Há gerações, cultivamos uma enorme população de desamparados e marginalizados, repetindo nosso modelo de origem: reino (explorador) X colônia (explorada).

Essa violência secular banalizada, perversamente desmentida, volta-se contra a minoria de não miseráveis que paga a conta da injustiça social e da desgovernança que nos assola. Porque acredito que um potencializador para o atual surto antissocial seja o desvelamento da corrupção da classe política em sua relação promíscua com a classe empresarial. A apropriação do bem público, o estar acima da lei e o abuso do poder, atitudes desde sempre presentes na política brasileira, estão sendo confrontadas pela lei e sofrendo consequências. Se, por um lado, sentimos alívio de que a ética se faça representar, por outro lado, o que nos tem sido exposto nesses processos anticorrupção põe abaixo o último baluarte de sustentação

do ideal social. Acredito que não confiar na representação institucional do social seja um incremento à violência. O Brasil está desgovernado e sem lideranças. Como se Eros estivesse perdendo a luta contra a pulsão de morte. Precisamos reverter esse estado de desamparo social ante a violência em suas mais diversas manifestações. Mas como?

A meu ver, a solução não está na melhoria do sistema prisional, na diminuição da maioridade penal ou na pena de morte, como apregoam não tão poucos. Os esforços transcendem as políticas públicas porque toda a sociedade precisa estar mobilizada em busca de mudanças que alterem essa realidade. Não é só uma questão de estado, é uma questão de **responsabilidade social**.

A perspectiva da responsabilidade social evoca e convoca falar de Emmanuel Lévinas, o filósofo da **alteridade**. Lévinas define a conduta humana como de responsabilidade frente ao Outro (o Rosto do Outro). Para ele, **o princípio fundamental da Ética é a alteridade, ou seja, não ser indiferente à diferença do Outro**. Nos contextos violentos, o Rosto do Outro se apaga, a vida do Outro não vale nada. O Outro é desobjetalizado, conforme Green (2006). Como desenvolver uma cultura de responsabilidade com o Outro, com o social? Não basta fazer o trabalho primário de transmissão familiar, que é muito, mas não suficiente para mudar uma sociedade deteriorada. As mudanças envolvem políticas públicas que realmente, e não demagogicamente, apontem para uma ética de respeito ao Outro e ao social.

Alguns filósofos contemporâneos muito têm contribuído à reflexão sobre a complexidade das relações entre o Eu e o Outro. O pensamento de Lévinas, por exemplo, influenciou significativamente as ideias de Jacques



Derrida, um dos principais pensadores da atualidade. Lévinas, Derrida e, ainda, Deleuze promoveram uma mudança de paradigma no pensamento binário em que estamos treinados, com a proposta de um descentramento do sujeito, de sua desterritorialidade. A ideia implica deslocar toda a perspectiva centrada no Eu para o Outro, ou seja, está em jogo um "para fora de si". Podemos acreditar que esse descentramento do sujeito tenha consequências sobre a questão da violência.

Inspirado na ideia de **Acolhimento**, abordada por Lévinas em "Totalidade e Infinito", Derrida desenvolveu o conceito de **Hospitalidade**. Acolhimento, para Lévinas, implica receber o Outro em toda sua expressão, ultrapassando toda ideia que o Eu possa ter dele, e também receber do Outro além da capacidade do Eu (Infinito). O acolher ocorre dentro de uma **relação ética de reconhecimento da alteridade e da diferença do Outro (ajenidad)**.

Partindo da ideia de infinito de Lévinas, Derrida distingue dois registros de diferença (*difference x differance*): *difference* está no contexto da diferença sexual, de gênero, raças, religiões etc., que é mediada pela tolerância narcisista, validada pelo Eu; *differance* é radical, impõe-se desde fora do Eu, a partir da existência de um Outro absoluto que está mais além do que o Eu pode representar dele. (2004)

O conceito de Hospitalidade construído por Derrida segue

duas vertentes: uma **hospitalidade de direito**, condicional, que é a que se oferece ao estrangeiro, ao indivíduo com nome e procedência, de forma a estabelecer limites e leis de convivência a quem chega em nosso espaço; e uma **hospitalidade absoluta**, radical, incondicional, que rompe as regras de acolhimento como dever ou direito, propondo que Eu ceda lugar ao Outro absoluto, desconhecido, sem nome.

Na oposição entre a hospitalidade absoluta e a de direito, Derrida não sugere a destituição de uma pela outra, mas uma instigação ao movimento e ao progresso. Há uma interdependência, porque não há hospitalidade sem que haja alguma soberania do hospedeiro, portanto, não há hospitalidade sem filtro, sem exclusão e violência. Porque está em jogo, também, tudo referente ao privado, ao íntimo (ipseidade).

Sua inviolabilidade é uma condição de hospitalidade. A violação desse direito é potencialmente geradora de xenofobia, de intolerância, de ações radicais. Então, do ponto de vista de realidade social, são indissociáveis.

Concluindo, há um **hiato** entre **Ética**, de um lado, e **Direito e Política**, por outro. Esse hiato cria a responsabilidade jurídica e política de propor soluções de acolhimento ao Outro.

Faces da violência conjugal

Denise Zimpek

Coordenadora do Núcleo de Vínculos

Em agosto, tivemos a realização da jornada "Da Idealização à Violência", com os convidados Miguel Spivakow, em presença, e Janine Puget em videoconferência. Sucesso de público, sensibilizado pelo tema da violência, cada vez mais presente no dia a dia da clínica.

Na semana seguinte à jornada, foi publicada em jornais a triste notícia: "Dados da violência no Brasil são alarmantes". Em 2017, segundo o CNJ, ingressaram 452.988 casos de violência contra a mulher, 12% a mais que no ano anterior. Caberia refletir qual o nosso papel enquanto psicanalistas diante desse cenário.

Nossas reflexões precisam ir além da "clássica escolha" sado-masoquista do parceiro e avançar no sentido da dinâmica do esfacelamento vincular. Uso de substâncias químicas, alcoolismo, infidelidade, entre outros, são elementos conhecidos e frequentes nesse processo.

O adultério, como uma causa comum por romper com pactos explícitos de fidelidade, pode se converter, muitas vezes, em reações violentas. Mas pode ter também o significado de provocar uma reação de raiva e de "interesse" do parceiro. A injúria narcísica é enorme, e nossa cultura avaliza o adultério como uma afronta grave. Desde a fusão presente no enamoramento,

o corpo do parceiro é vivido como propriedade, uma "extensão do próprio eu", diz Spivakow. E as reações às infidelidades podem ser graves, desde impulsividade, reações psicóticas, condutas autodestrutivas, até suicídio e assassinato. Constitui-se num tema sempre carregado de tensão, ressentimento e raiva quando aparece na sessão vincular, fazendo o analista sentir-se pressionado a aplacar a violência.

Mas as causas e manifestações de violência são amplas, transformando o parceiro num depósito de todo o mal, anulando dessa forma a subjetividade do outro.

As alianças inconscientes são uma produção conjunta, mas quando estas se constituem em pactos denegativos, podem passar uma vida inteira ou anos numa relação tóxica, de atmosfera irritante, com o predomínio de afetos negativos, desalento, desespero, rivalidade, reprovações, queixas, gerando violências recíprocas.

A toxidade do vínculo dá sinais de um pré-divórcio, a energia que antes unia transforma-se numa série de reações químicas de desprazer. Um mal-estar que não cede. Ressentimentos que não puderam ser elaborados, atos e palavras que são lembrados e atualizados.

Desejos de fusão, dependência ou interdependência têm origem na idealização do outro, e o divórcio pode ser adiado indefinidamente, até ultrapassar fronteiras e chegar à



agressão física. O trabalho de vínculo se estanca quando ambos os *partners* estão presos a projeções recíprocas, funcionando na lógica do "um" (fusão), sem possibilidades de espaços individuais (lógica do "dois"). Fantasias compartilhadas de impossibilidade de mudanças geram sentimento de impotência que pode inundar o analista.

Portanto as causas que podem levar à violência são multifacetadas e nos inquietam, pois tanto a análise individual, como a vincular, tem seus limites quando a violência está presente na intimidade e extrapola a palavra, passando ao ato. Isso nos induz a pensar que a violência desafia o analista a questionar sua própria posição no processo analítico, como testemunha e expectador, tendo que analisar sua contratransferência e intervenção num cenário bélico e destrutivo. Ser responsável é diferente de ser culpável. Segundo as palavras de Janine Puget, *se trata de fazer-se responsável de um fazer, de estar com, de habitar uma situação e como fazê-lo dependerá de uma eleição de qual caminho seguir.*

Violência, homicídio e seus cenários

Letícia Maria Schabbach¹

Em sentido estrito, os crimes violentos são os que atingem a integridade física da vítima, através do emprego da força (ou da ameaça em fazê-lo), em sua forma bruta ou com a utilização de armas de fogo ou outros objetos (perfurantes, contundentes etc.). Além dos danos às vítimas diretas, eles causam forte impacto e interferem na percepção social sobre os movimentos da criminalidade, por vezes contribuindo com a configuração de uma atmosfera de medo onde ocorrem (ou onde se presume que ocorram ou tenham ocorrido). A sensação de insegurança, é importante lembrar aqui, é engrandecida pelo discurso midiático.

O homicídio representa uma forma específica de criminalidade violenta, além dos roubos, lesões corporais, estupros, sequestros-relâmpagos, extorsões mediante sequestro etc. O ato voluntário de matar outra pessoa é socialmente reprovado nas sociedades desde tempos imemoriais, embora sempre tenham existido casos de convalidação de acordo com o contexto histórico: em legítima defesa, nas guerras, no exercício da atuação policial sob certas condições legalmente previstas.

A taxa de homicídios por 100.000 habitantes é o indicador mais utilizado internacionalmente para medir violência. Tal escolha se deve, além de sua gravidade, à existência de uma padronização jurídica em torno desses crimes, bem como de uma cifra oculta (casos não registrados) bastante inferior à dos outros delitos.

Todavia há um *gap* entre os casos de homicídios conhecidos pela polícia e os efetivamente es-

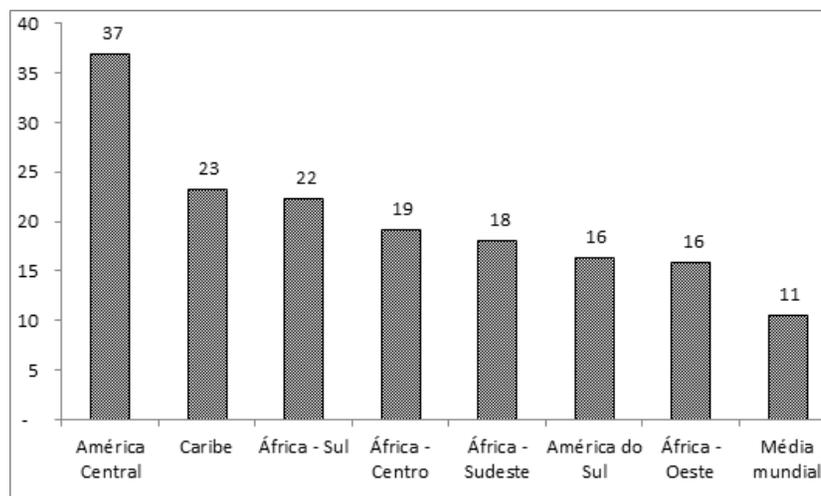
clarecidos, ou, ainda, os sentenciados. No Brasil, pesquisa coordenada por Michel Misse e outros (2009) identificou um percentual de 93% das ocorrências de homicídios remetidas como inquéritos policiais ao Ministério Público. Destes inquéritos, apenas 4% (de um total de 2.928) foram imediatamente denunciadas, enquanto que 82% foram devolvidos para a Polícia Civil para novas diligências.

Há muito tempo, Guerry (1833 *apud* OUIMET, 2011) apresentou a sua "lei térmica da criminalidade", demonstrando que a violência era mais frequente nas regiões do Sul em relação às do Norte. Observando o gráfico a seguir, parece-nos que a tese de Guerry se aplicaria, ainda hoje, à grande parte dos países mais violentos do mundo, situados no hemisfério sul, em regiões como a América Central, América do Sul, Caribe e África, onde as ta-



Questiona-se, com base nesses dados, se nessas regiões o processo civilizador (que teria provocado um maior controle do Estado sobre a violência social e um maior autocontrole dos indivíduos sobre a sua agressividade) definido por Norbert Elias (1993, 2011) não teria

Gráfico 1 – Distribuição das maiores taxas de homicídio intencional* por 100.000 habitantes conforme as regiões mundiais, entre os anos 2004 e 2010



Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). Cálculos efetuados pela autora.

xas de homicídios superaram a média mundial, de 11 homicídios por 100.000 habitantes², na década de 2000.

acontecido, ou nelas teria havido um retrocesso civilizatório (ZALUAR, 2004).

Quanto ao Brasil, desde 1996 o País vem apresentando uma taxa média em torno de 27 ho-

¹ Doutora em Sociologia UFRGS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – UFRGS.

² Conforme dados do United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), disponíveis no sítio: <https://www.unodc.org/>. Acesso em: 30 de maio de 2015. Os períodos informados variam entre os países, indo de 2004 a 2010.

* *Intentional homicide is defined as unlawful death purposefully inflicted on a person by another person.* (UNODC).

micídios por 100.000 habitantes, variando de 25, naquele ano, a 33 homicídios em 2016, um acréscimo de 22% dentro de um período de 20 anos. Diferentemente desta relativa regularidade nacional em níveis altos, entre estados e municípios verifica-se uma grande heterogeneidade. Em 2016, por exemplo, os valores estaduais variaram entre 11 homicídios por

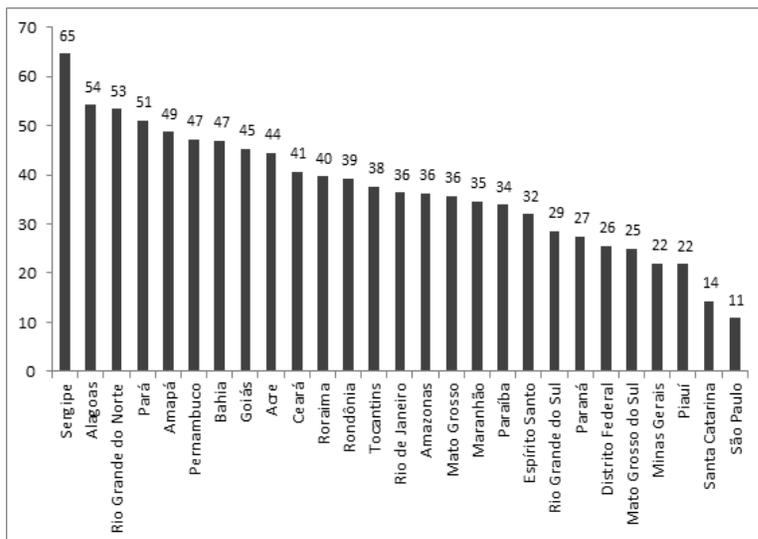
situação é agravada pela presença, em áreas mais urbanizadas, do tráfico de drogas de menor escala (do varejo) e dos coletivos criminais. No Brasil e na América Latina como um todo, é nesse nível micro das redes do tráfico de drogas que a violência é mais frequente, sendo em geral praticada com o uso de arma de fogo (em 70% das mortes), que ceifa a vida de

das consequências para a estrutura social na qual se gestam.

Com este tipo de pesquisa constatamos que o tráfico de drogas não é a única explicação para o recrudescimento da violência no território brasileiro, embora as mortes decorrentes de atos criminais (envolvimento com o tráfico de drogas, latrocínios, dentre outros) estejam aumentando em anos recentes. Além deste cenário, os homicídios também resultam de: a) desavenças antigas e sem relação direta com a criminalidade; b) conflitos nas relações íntimas que atingem familiares próximos; c) reações do momento, tipo em movimento decrescente. Também foi possível observar que os conflitos com desfecho letal tendem a envolver cada vez mais pessoas "conhecidas", além daquelas mais próximas ou parentes, ao passo que as situações entre desconhecidos sejam cada vez menos frequentes.

Por fim, cabe salientar que a redução da violência homicida exige ações em diferentes frentes que, para serem efetivas, não podem se resumir à atuação policial e ao enfoque penal. Neste sentido, as experiências exitosas de outros países e de estados brasileiros com menores índices de violência mostram alguns caminhos promissores: a) a priorização da área da segurança pública em torno da preservação da vida, em qualquer circunstância, e o enfrentamento dos homicídios por meio de métodos eficazes de investigação policial; b) a maior integração entre as agências do Sistema de Justiça Criminal (Polícias, Ministério Público e Judiciário) para uma maior resolutividade dos casos; c) o controle estrito sobre a criminalização do uso da arma de fogo por pessoas que não sejam profissionais da segurança; d) a produção de políticas sociais que promovam melhoria de renda, maior escolarização, oportunidades de emprego, esporte, cultura e lazer, bem como apoio social às famílias. E, sobretudo, políticas públicas que, ao invés de apenas criminalizar, priorizem e protagonizem a juventude brasileira.

Gráfico 2 – Distribuição das taxas de homicídio por 100.000 habitantes por estado brasileiro, 2016.



Fontes: MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); IBGE. Censos Demográficos, Contagens Populacionais e Estimativas Populacionais Inter-censitárias. Cálculos efetuados pela autora.

100.000 habitantes no estado de São Paulo e 65 homicídios no de Sergipe, como podemos verificar no gráfico acima. Trata-se, portanto, de um fenômeno territorialmente condicionado.

Nota: Os homicídios equivalem à soma das agressões e intervenções legais e operações de guerra, conforme os registros do SIM.

Dentro dos estados brasileiros observam-se alguns padrões típicos quanto à incidência de homicídios, com prevalência nas regiões metropolitanas (capitais e/ou municípios circunvizinhos e integrados a elas) e em polos regionais e municípios populosos do interior dos estados. Internamente aos municípios as mortes são mais incidentes em bairros pouco providos de infraestrutura urbana e de serviços públicos essenciais, como saneamento básico. Esta

jovens pobres, negros, entre 15 e 29 anos de idade.

Por outro lado, salienta-se que o homicídio é um fato social complexo que abarca não apenas um, mas vários cenários sociais de crime (CAMACHO; GÚZMAN, 1997), que vão desde a extrema racionalidade e planejamento das ações até os conflitos domésticos ou nos locais de convivência, passando, também, pelos desentendimentos ocasionais entre conhecidos ou desconhecidos. Internamente polissêmicos, esses fatos sociais exigem uma análise microssociológica a fim de se conhecer as suas características e fatores explicativos, que parta da elucidação das partes enfrentadas, dos temas de confrontação, dos interesses em jogo, das perspectivas e possibilidades de soluções alternativas à eliminação de uma das partes e

Violência contra crianças e adolescentes

Eluza Maria Nardino Enck

Membro Titular e Didata de Infância e Adolescência da SBPdePA

“Quien se informa sobre nuestra infancia quiere saber algo de nuestra alma. Si la pregunta no es meramente retórica y el que interroga tiene paciencia para escuchar, tendrá que darse cuenta de que amamos con horror y odiamos con un amor inexplicable aquello que nos procuraba los máximos pesares y dificultades.” Erika Burkart (1979)

Quando falamos de violência contra a criança, muito frequentemente associamos com violência em ato, violência física, o que, sem dúvida, é frequente e, muitas vezes, dramaticamente visível. O filicídio em ato configura o extremo deste perverso uso e abuso infantil.

Entretanto muitas são as formas de se cometer violência contra a criança, mesmo as mais sutis em aparência, e de efeito devastador para a formação e desenvolvimento da mente e da vida infantil. Muitas vezes sob o pretexto de “é para o teu bem”.

A prática de castigos físicos, tão comum em épocas passadas, e ainda presente, vem dando lugar, cada vez mais, a uma forma “emocional” de crueldade, que aparece ocultada pelo benevolente propósito da “educação”. Como este processo está involucrado em uma forma de relação mãe-filho, pai-filho, e assim inicia muito cedo, torna-o muito difícil de ser identificado, detectado, descoberto pela criança. A dependência afetiva, a necessidade de ser amado por seus pais dificultará, ainda mais, o reconhecimento das consequências traumáticas que porventura possam ficar ocultas pelas idealizações das figuras parentais, idealizações estas que se tornam

defensivamente ainda mais reforçadas, para dar conta dos proibidos sentimentos de ódio.

“Si la convicción de que toda razón está del lado de los padres (y de que cada crueldad – consciente o inconsciente – es expresión de su amor) se halla tan profundamente arraigada en el ser humano, es porque se basa en interiorizaciones de los primeros meses de vida, realizadas en la etapa previa a la separación del objeto.” (Miller)

Por outro lado, o filho criança tudo perdoa aos pais. Sua tolerância não tem limites, e indo além, muitas vezes subverte suas próprias percepções para dar lugar às razões parentais, comprometendo sua construção de um verdadeiro self. A necessidade de ter o seu amor, seu olhar, sua atenção e cuidado vale qualquer preço.

Winnicott (1960) discorre sobre os efeitos negativos, na construção do ser, de um atravessamento intrusivo no espaço de ilusão quando, muito precocemente, a presença materna se faz impositivamente percebida, pela interferência abrupta que rompe o estado de continuidade, através dos descuidos, da intrusão, da prevalência narcísica dos desejos parentais, antecipando-se para o bebê, impondo-se em sua mente em construção, o que o leva a se submeter e se moldar às necessidades não suas, mas de outrem.

Nesta mesma linha de pensamento, Borgogno (1999) nomeia a “intrusão parental” e a consequente “extração de partes vitais e evolutivas do Eu” como base para o sofrimento e como fator de des-trutividade.

Aqui, o drama se estabelece entre “sermos verdadeiramente nós mesmos e a impossibilidade de aceitarmos-nos sem amor e, sobretudo, sem tê-lo recebido.” (Borgogno)



O sentimento de ódio que permeia as relações adulto-criança-adolescente e as relações pais-filhos precisa ser incluído no âmbito das relações de violência. Neste sentido, as ideias de Winnicott (1947), referidas em Ódio na Contratransferência, sugerem que o problema não está em os pais odiarem seu filho, pelas inúmeras razões que possam ter, mas sim, em atuar sobre ele este ódio, porque não pode ser nomeado, reconhecido e entendido. Quando é assim, estes elementos tomam posse do psiquismo do filho, dando lugar ao que Faimberg chama de intrusão e apropriação, impedindo o desenvolvimento de um eu desejante.

Para Faimberg, isto pode ser reconhecido no âmbito da transmissão transgeracional, em que funciona um sistema de apropriação/intrusão e surgem certas identificações pertencentes a outra geração. Neste, os “pais internos devem funcionar no marco do regime narcisista [...] no qual não podem amar o filho sem apoderar-se dele, nem reconhecer sua independência sem odiá-lo e submetê-lo à sua própria história de ódio” (FAIMBERG, 1985).

O sentimento de falta de um tratamento amoroso, respeitoso e cuidadoso com sua integridade lança a criança a buscar incessantemente em sua vida o reconhecimento de seu próprio ser, de forma odiosa, anulando-se.

Vivências deste tipo, desde o início da vida, em momentos tão precoces do desenvolvimento, são internalizadas, tornando-se profundamente arraigadas e de difícil identificação posterior, com-

prometendo o reconhecimento da criança de seus sentimentos e percepções mais genuínas. Assim, mesmo em idade adulta, não se darão conta em que momento estão se tornando vítimas do abuso e maus-tratos de alguém, desde e sempre que esta pessoa lhes fale em tom de voz "amistoso".

Mas a violência não ostensiva, e nem por isso menos devastadora, ocorre em termos de omissão.

Nos dias de hoje muito se fala da "idealização" dos filhos, das crianças e adolescentes, de uma "inversão" em que os filhos tudo podem, tudo sabem, tudo dominam, o que evidencia, nestes casos, diferente de uma valorização, outra forma de violência, aquela caracterizada pelo abandono, pela desproteção.

O ser humano nasce, e permanece durante muito tempo, um ser bastante dependente, inicialmente em dependência absoluta, segundo Winnicott, quando necessita totalmente da presença, do cuidado e proteção do adulto, inicialmente a mãe, os pais, para depois, paulatinamente, poder ir se fortalecendo física e emocionalmente, em direção a uma dependência relativa e posteriormente rumo à independência, até chegar à idade adulta, quando sabemos que, mesmo atingindo a maturidade, jamais será um ser totalmente independente, considerando que o outro sempre terá sua importância no sentido de amar e ser amado, de parceria, companheirismo, amizade...

Para que se constitua um Ser, um espaço precisa existir. Um espaço que desde os momentos mais precoces da vida deve ser oferecido e preservado pelos pais. Um lugar em que esta nova individualidade que emerge possa se manifestar, expressar necessidades e desejos e se desenvolver. Todo espaço requer e envolve a existência de limites, que vão se constituir em contornos, delineamentos, que são dados ao bebê pela continência materna que, por sua vez, é fortalecida e amparada pela conti-

nência paterna. Espaço que protege, preserva, acolhe, que assegura e organiza. A omissão é a ausência destes elementos.

Mas preservar, oferecer, respeitar a individualidade do filho, ainda que desejado, por vezes se torna impossível, devido ao efeito das pressões educativas inconscientes internalizadas durante a infância e adolescência dos pais, que então se derramam sobre os filhos, de modo repetitivo, compulsivamente. Ainda mais que a condição de ultrapassá-las, com generosidade e tolerância, não pode ser alcançada com ajuda do conhecimento intelectual. Este não nos protege da irritação, da raiva provocada quando a criança não atende expectativas e/ou necessidades, tornadas imperiosas, ou mesmo quando ameaça as nossas já constituídas defesas.

Em "Spoilt Children", Franco Borgogno (1999) fala sobre a negação dos pais a respeito de suas faltas, de seus erros, das suas maldades e a importância do reconhecimento destas:

"A escolha que faço – que fique bem claro – não é a de culpar os pais (muito frequentemente pode-se interpretar assim uma afirmação como a minha), mas a de evidenciar quanto sofrimento pode circular no interior das famílias e quanta dor, em grande parte inconsciente e não elaborada, e proveniente de mais gerações, vem a ser inelutável e dramaticamente veiculada pelos pais aos filhos através da 'lógica operativa profunda' que os pais oferecem a eles como um guia implícito para o estar no mundo e para enfrentar os diversos aspectos da existência". (Psicanálise como Percurso)

Existem gerações que transformam de modo importante aquilo que recebem e, há outras que, quando foram objetos de descarga de conteúdos angustiantes e destrutivos de seus pais, sentem-se compelidas a atuar para aliviar a tensão insuportável em seus psiquismos. A particular violência das identificações-pro-

jetivas, recebidas na infância, contribui para que estas pessoas se tornem psicologicamente enfermas e para que elas mesmas voltem-se para buscar outros objetos nos quais vão descarregar as suas respectivas identificações projetivas. (Gomel, 2001)

Culpar o filho pelas brigas familiares, pelo cansaço dos pais por sua irritabilidade, por não realizar coisas esperadas, por causar problemas na escola, faz parte do que escutamos no dia a dia dos nossos consultórios. O filho como a causa dos problemas. A inversão, na qual o pretense adulto espera da criança, do adolescente, o amálgama para suas feridas. O sintoma comunicador, gritando em desespero, leva a busca de ajuda, e então o novelo precisa começar a ser desenrolado.

A criança e o adolescente sempre foram alvos evidentes e "fáceis" de violência por parte dos adultos, ao longo da história, alterando e alternando suas formas de expressão, mas sempre atingindo aqueles que representam, in persona, toda fragilidade, vulnerabilidade, impotência e desamparo vividos e experienciados pelo adulto, ao longo de todo o percurso do processo de desenvolvimento. Feridas abrigadas dentro de si e que buscam expressão através do *repetir ativamente o que sofreu passivamente*.

Todas as difíceis experiências da infância permanecem no escuro, tanto mais quanto mais aterradoras e doloridas possam ser; e então da escuridão recôndita do passado dos pais, surgem as atuações sobre os filhos e a carga desconhecida a ser carregada por estes. Os sofrimentos temidos, que precisam ser relegados ao plano do desconhecido, do não pensável de todas as experiências traumáticas da infância, mantidas no escuro, mantêm igualmente no escuro, escondidas, as chaves para a sua compreensão.

A repressão dos sofrimentos da infância determina não somente a vida do indivíduo, mas tam-

bém aquilo que vai se construindo como tabus no âmbito da sociedade.

Neste âmbito social, e entre aquelas crianças e adolescentes menos favorecidos, amplia-se e reflete-se o modo como as células menores se comportam, e não ao contrário, e, em nosso caso particular, o modo como a sociedade brasileira está organizada, no qual a violência se expressa não tendo nada a oferecer aos “novos sujeitos que nascem no bojo da miséria, senão o engodo, ao reservar-lhes apenas o lugar do excluído, e isto, sem deixar de sê-lo, nas próximas gerações”. (Violante)

A autora refere o depoimento de um menino, interno na antiga Febem (agora Fase), classificado como infrator, que disse: “Ô donal! Por que não ensinam a gente para ser engenheiro, ao invés de ficar ensinando essas bobagens?”. Neste momento ele se referia aos trabalhos manuais, atividade sobre a qual sabem que “não dá futuro”.

Em um trabalho amplo de observações e análises, com crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade social, a constatação feita é da presença prevalente de um fenômeno muito próximo à alienação, que a autora denominou de *potencialidade melancólica*.

Em um trabalho social que realizo, verifico a diferença que se evidencia nas crianças e adolescentes desta faixa da sociedade, quando se sentem “autorizados” a sonhar, com toda liberdade, a cor-

rer atrás de seus sonhos, tenha ele a dimensão que tiver.

Quanto a nós analistas, estaremos atentos de que “...a dor psíquica, quando é extrema, invoca também, em quem é preparado, defesas e automatismos e vivências de não escuta...” (Borgogno).

Palavras frequentemente não digeríveis a quem se dirigem, e que acima de tudo nos servem para mapear situações emotivas não representáveis no momento; ainda impregnadas de desespero e de sutis irritações, que nós mesmos não contemos de modo suficiente. Às vezes, baluartes defensivos, até mesmo desrespeitosos, mas talvez necessários – se forem recolhidos e elaborados – para que o encontro possa vir a ser diálogo e “se delinear como futura despedida” (Borgogno).

Mesmo nós analistas poderíamos incorrer numa denegação não diferente daquela atuada pela criança perante a evidência dolorosa e terrível de pais insanos, nocivos e, às vezes, sem sombra de dúvida, cruéis.

Não estamos livres de promovermos a mesma pobreza e a restrição afetiva de olhar que muitos de nossos pacientes receberam, e então estimularmos aquela repetição de privação, descuido e crueldade que esses pacientes já tendem a repetir e a estimular em cada situação de suas vidas. Se ao invés de acolhermos a sua comunicação de sofrimento e maus-tratos, muitas vezes camuflada e travestida de defesas, se não dermos

importância a estes aspectos, mas continuarmos entendendo como sentimentos violentos e carregados de morte direcionados a si mesmo e aos objetos, poderemos estar desprezando o dano que a criança e o adolescente possam ter recebido dos pais, mais do que naquele que, conforme as queixas, eles possam ter produzido nos pais.

O desenvolvimento de uma escuta atenta aos refinados e íntimos matizes das nossas atitudes para com nossas crianças e adolescentes pode nos permitir nos liberarmos de nossas pressões internas, com efeitos benéficos para nós mesmos e, consequentemente, no sentido de mitigar a repetição. Caminhamos assim no sentido de não violentar o Ser que se desenvolve, em suas especificidades, particularidades, singularidade e na sua construção do self.

Embora o trabalho que possa ser realizado com a criança e o adolescente que sofrem violência, cabe salientar o que diz Anne Alvarez (1994), quando destaca que as marcas desta violência podem continuar desempenhando um poderoso papel, mesmo na mais sadia das simbolizações.

Desta maneira, se pudermos, cada vez mais preventivamente, evitar a violência, de todas as formas, contra crianças e adolescentes, em todos os âmbitos sociais, estaremos não só favorecendo e promovendo a saúde psíquica de uma geração, mas também daquelas que se seguirão.

Casais em turbulências: da idealização à violência

Núcleo de Vínculos da SBPdePA

O Núcleo de Vínculos da SBPdePA realizou, em 10 e 11 de agosto, a Jornada **Casais em Turbulência: da Idealização à Violência**, evento preparatório ao Congresso da FEPAL em Lima (Peru), em se-

tembro de 2018. A Jornada contou com dois convidados principais: Miguel Spivakow, membro titular da Associação Psicanalítica Argentina, que proferiu as conferências “*Violência emocional no casal: uma clínica dos nossos dias*” e “*A intervenção terapêutica nos tratamentos analíticos de casal*”, nas quais propôs várias abordagens da técnica psicanalítica com casais, dife-

renciando da técnica psicanalítica clássica individual. E Janine Puget, membro titular da Associação Psicanalítica de Buenos Aires, que em videoconferência abordou o tema “*Diferentes turbulências: várias origens*”. Janine, sempre instigante, propôs que pensemos as turbulências como estados inerentes aos vínculos entre sujeitos, não sendo necessariamente prejudiciais e, ao

Alguns tópicos sobre a violência

Antonio Brum

Membro do Instituto da SBPdePA

A violência pode ser conceitualizada no escopo da Psicanálise? Ou é um conceito social, somente entendido psicanaliticamente através da agressividade? Bastaria associá-la à pulsão de morte para que pudéssemos explicá-la? Será o conflito "o pai de todas as coisas" como refere Heráclito?

Em "O mal-estar na cultura", Freud afirma que "a pulsão de morte torna-se pulsão de destruição quando é dirigida para fora, para os objetos". Seria, então, redirecionar um risco mortífero. Logo o proibido seria um movimento de proteção contra a morte. A agressividade vem de um acesso instintivo natural e da impossibilidade do outro nos reconhecer. Portanto o proibido é, igualmente, um freio para a agressividade, bem como um meio para desrecalcá-la, esclarecendo, então, ao mesmo tempo as questões de sua legitimidade e de sua degenerescência. Sobre isto, aliás, no início do pensamento freudiano, encontrávamos uma perspectiva na regulação dos laços sociais devido à pretensa neutralização da agressividade. Mas a concepção freudiana sofre um deslocamento na direção da crueldade inerente às relações e à constituição subjetiva. Passou, assim,

contrário, podendo ser promotores de complexidade. Salientou, ainda, que o mal-estar nos vínculos pode ser consequência de temas silenciados ou evitados.

O evento atraiu colegas de outras cidades e outros estados, sendo um sucesso de presença e participação do público. Contou com o apoio da FEPAL, representada por sua coordenadora científica Gleda Brandão de Araujo e por Maria Aparecida Nicoletti, chair do Comitê de Casal e Família; e com o apoio da

de uma visão normativa para uma noção de futuro associada à incerteza, a uma espera trágica que se consubstancia na inclinação agressiva irreduzível, que produz as manifestações violentas no social. O proibido é filho de Eros, sendo que o desejo é, inicialmente, o desejo de ser reconhecido, ou, como diria Cariou, constituiria o "fantasma da qualidade". Paim nos diz que o encontro da pulsão de vida com a pulsão de morte "representa um momento inaugural da psique".

Seguindo esta linha de pensamento, pode-se dizer que a agressividade pode ser sempre deslocada, mas jamais suprimida. O proibido, apesar do esforço para matá-la, será sempre renascente, como um fênix redivivo. Logo o proibido, que deveria ser a proteção à morte, torna-se ele próprio o instrumento que entrega à morte.

O valor da proibição, representação mítica do real impossível, transmutou-se em sua própria antítese, "é proibido proibir". O real, agora, prescinde da forma da lei, promovendo a metonímia do gozo, incitando à busca do mais de gozar, destituindo toda pergunta sobre a causa do desejo, enaltecendo o êxtase da exaltação.

A violência, portanto, pode ser vista como uma dissolução do laço social, como o gozo regulado pelo



consumo, demonstrando o declínio da função paterna. Esta violência implica no desaparecimento do Outro, na transformação da lógica fálica, na lógica do não-todo, colocando-se a serviço da denegação da função do falo, da função paterna das relações edípicas.

Lacan, em "As formações do inconsciente", afirma sobre a violência que "é certamente essencial na agressão... Não é a palavra; inclusive, é exatamente o contrário. O que se pode produzir em uma relação inter-humana é a violência ou a palavra". Portanto situa uma violência que indica ato de agredir, na impossibilidade de dizer.

Quando as relações sociais ficam regidas pelo imaginário, constituindo uma cultura do narcisismo, encontramos aí o caldo fértil propiciador da violência. Este horror despido de qualquer revestimento simbólico constitui o fascínio pelo objeto que preencheria toda a necessidade. Portanto a violência não é apenas um sintoma, mas uma devastação dos laços sociais, um ponto de ruptura, "uma incidência do gozo fora do discurso".

Associação Brasileira de Psicanálise de Casal e Família, representada por sua presidente Ruth Blay Levisky.

A Brasileira e seu Núcleo de Vínculos saem gratificados pelo



prestígio e interesse de tantos colegas por esse campo relativamente novo da Psicanálise contemporânea que é a Vincularidade.



Ponte Sobre Águas Turbulentas

Letra de Paul Simon

*Quando você estiver se sentindo só
E as lágrimas escorrerem dos seus olhos
Eu irei enxugá-las
Estarei ao seu lado
Quando as lutas ficarem difíceis
E os amigos não puderem
Ser encontrados*

*Como uma ponte sobre as águas turbulentas
Eu irei me colocar
Se você estiver caminhando triste
E a noite vier sem luar
Eu a confortarei
Estarei ao seu lado*

*Quando chegar a escuridão
E o sofrimento estiver ao seu redor*

*Como uma ponte sobre as águas turbulentas
Eu irei me colocar
Navegue alma cansada, navegue
Sua vitória chegará para brilhar
Com os seus sonhos logo a frente
Vejam como eles brilham*

*Oh! Foi eu quem fiz para você
Eu estarei navegando ao seu lado*

Como uma ponte sobre as águas turbulentas